



ACÓRDÃO Nº313/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11404/2016.

Apensos: Processo nº 11316/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Responsáveis: Elmenio de Oliveira Rodrigues e Francisco Fernandes Bezerra (Ordenador de Despesa).

4- Órgão: Câmara Municipal de Manacapuru.

5- Exercício: 2015.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho n. 17/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manacapuru. Exercício de 2015.

Regularidade. Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Regular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manacapuru, referente ao exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Elmenio de Oliveira Rodrigues**, Gestor no período de **01/01/2015 a 17/01/2015**, nos termos dos artigos 22, I, e 23, da Lei n.º 2.423/96 c/c o artigo 189, I, Resolução n.º 04/2002-TCE/AM – RITCE;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Manacapuru, referente ao exercício de 2015, sob responsabilidade do **Sr. Francisco Fernandes Bezerra**, Gestor e Ordenador de Despesas do período de **18/01/2015 a 31/12/2015**, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas n.º 2.423/96, c/c o art. 11, III, "a", item 2, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em



ACÓRDÃO Nº313/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

razão das falhas e restrições não sanadas constantes nos itens da fundamentação do Voto;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Francisco Fernandes Bezerra, Gestor e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Manacapuru, do período de **18/01/2015 a 31/12/2015**, no valor de **R\$ 31.439,27** (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos), por deixar de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº04/2002-TCE/AM, **itens 15.5** da fundamentação do Voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Manacapuru, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Fernandes Bezerra no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, V da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, item 15.5 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Fernandes Bezerra no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 308, I, "a" da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, pelo mês de atraso no encaminhamento, por meio magnético (ACP), dos demonstrativos



ACÓRDÃO Nº313/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

contábeis referente ao mês de dezembro de 2015, item 6 da fundamentação. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.6. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Fernandes Bezerra no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, das restrições 9, 10, 11, 12, 13 e 14 apontadas pela DICAMI na fundamentação do voto, e as restrições 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.10, 15.11, 15.12, 15.13 e 15.14 apontadas pela DICOP, na fundamentação do voto. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.7. Recomendar à Câmara Municipal de Manacapuru que:



ACÓRDÃO Nº313/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.7.1.** Cumpra os Padrões de Contabilidade de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, itens 7 e 8 da fundamentação do Voto;
- 10.7.2.** Cumpra com rigor os ditames legais do art. 37, V, da CF, que prevê um percentual mínimo de vagas para cargos em comissão, destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, item 10 da fundamentação do Voto;
- 10.8. Determinar** à comunicação do INSS sobre o não recolhimento das contribuições à Previdência Social dos vereadores citados na restrição 11 da fundamentação do Voto.
- 10.9. Determinar** o arquivamento do processo nº 11316/2015, em apenso, tendo em vista que a documentação processual serviu de subsídios para a apreciação da prestação de contas em tela, conforme análise do Órgão Técnico e Ministério Público de Contas.
- 11- Ata:** 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 30 de Abril de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição